

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.546 - RS (2019/0316731-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : F R DA S (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por F R DA S em face do acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que denegou o *writ* de origem.

O acórdão do Tribunal *a quo* tem a seguinte ementa (fl. 265):

HABEAS CORPUS. DELITOS DE TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO COM TAL FIM. EXCESSO DE PRAZO.

De início anoto que a legalidade da prisão preventiva imposta ao paciente já foi examinada quando do julgamento do habeas corpus n.

70079072468, não sendo hipótese de reapreciação, em face da ausência de fato novo que infirme aquele julgado.

Em relação ao alegado constrangimento ilegal pelo excesso de prazo, embora não se possa ignorar que a custódia provisória imposta ao paciente date de 02SET2018, não vejo que a demora processual se dê por desídia do magistrado condutor do feito, que inclusive já sentenciou o processo cindido, ou que seja ele injustificado, já que foi instaurado incidente de insanidade mental a pedido, aparentemente, da própria defesa, circunstância que, por certo, impõe uma marcha processual diferenciada.

Assim, não se cogita, por ora, do excesso de prazo ventilado.

O decurso de tempo de prisão, se confrontado com potencial pena advinda de eventual condenação, considerando-se o quantum de pena contemplado para os delitos de que tratam os autos, não se mostra exorbitante.

Por fim, a defesa pugnou fosse instaurado incidente de insanidade mental, o que foi determinado e está em vias de ser realizado junto ao IPF, com agendamento já efetivado para janeiro vindouro.

AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.
ORDEM DENEGADA.

O recorrente foi preso preventivamente e denunciado pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, c.c art. 40, IV, todos da Lei 11.343/2006, na forma do art. 69 do CP (fl. 13).

Neste recurso, argumenta-se ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva e de fundamentação idônea no decreto prisional, bem como alega

constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo para formação da culpa.

Por isso, requer o provimento, para revogação da prisão preventiva ou aplicação de medida cautelar diversa da prisão.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pelo desprovimento do recurso.

Na origem, o processo n. 0002489-04.2018.8.21.0136, oriundo da Vara Criminal de Tapera, encontra-se suspenso aguardando julgamento de incidente de insanidade mental (fl. 341), conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 26/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

No aresto ora recorrido, o Tribunal local não discutiu a presença dos requisitos do art. 312, pois *a legalidade da prisão preventiva imposta ao paciente já foi examinada quando do julgamento do habeas corpus n. 70079072468, não sendo hipótese de reapreciação, em face da ausência de fato novo que infirme aquele julgado* (fls. 267/268), ficando esta Corte impedida de examinar tal questão sob pena de indevida supressão de instância.

É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando seja a demora injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Sabe-se que os prazos fixados na legislação para a prática de atos processuais servem apenas de parâmetro, não podendo deduzir o excesso meramente pela sua soma aritmética.

No caso, constata-se que a prisão em flagrante foi convertida em preventiva no dia 3/9/2018 e oferecida denúncia em 5/10/2018 (fls. 10/16).

Durante o trâmite processual, foram expedidas cartas precatórias em 18/12/2018 e 19/3/2019, conforme informações disponíveis no *site* do Tribunal *a quo*.

Por fim, foi instaurado incidente de insanidade mental, em abril de 2019, aguardando realização de perícia agendada para 14/1/2020 (fl. 349), razão pela qual o processo encontra-se suspenso, consignando o Tribunal *a quo* que tal

providência foi realizada a pedido da própria defesa (fl. 268).

Ressaltou ainda o Tribunal de origem que o processo cindido - 0001999-79.2018.8.21.0136 - conduzido pelo mesmo juízo, foi sentenciado no dia 11/6/2019 (fl. 268).

Nesse contexto, tem-se que o processo segue a sua marcha regular, por ter sido necessária a instauração do incidente de insanidade mental e cisão em relação aos demais corréus, não se verificando desídia por parte do Estado.

Ademais, embora o recorrente esteja preso desde 3/9/2018, a custódia cautelar, no momento, não se revela desproporcional em relação às penas em abstrato do delitos a ele imputados.

Não constatada mora estatal em ação penal onde a sucessão de atos processuais infirma a ideia de paralisação indevida da ação penal, ou de culpa do Estado persecutor, não se vê demonstrada ilegalidade no prazo da persecução criminal desenvolvida.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*, com a recomendação de celeridade no processo n. 0002489-04.2018.8.21.0136.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator